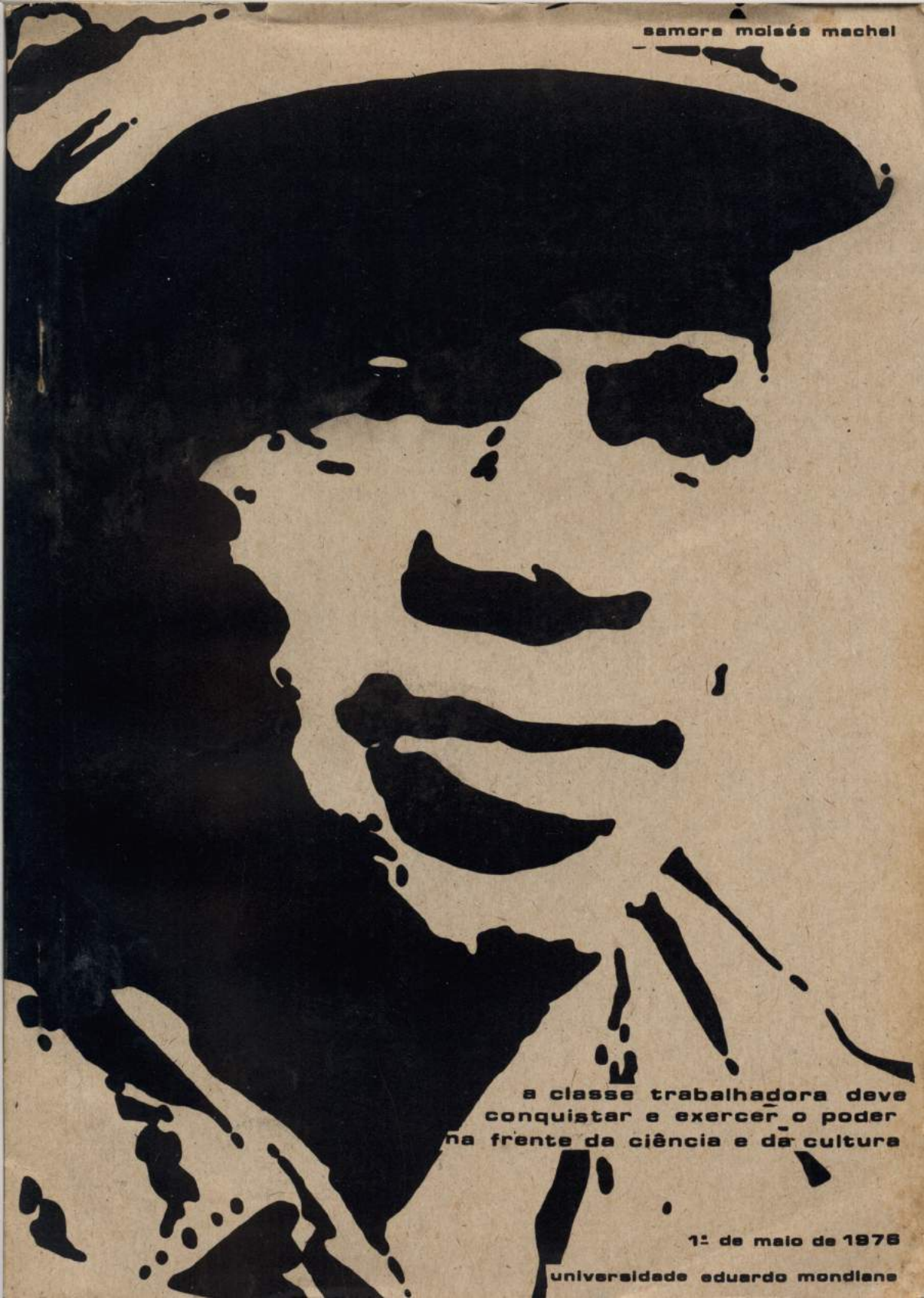


samora moisés machel



a classe trabalhadora deve
conquistar e exercer o poder
na frente da ciência e da cultura

1.º de maio de 1978

universidade eduardo mondlane

A CLASSE TRABALHADORA

DEVE CONQUISTAR E EXERCER O PODER

NA FRENTE DA CIÊNCIA E DA CULTURA

CAMARADAS MEMBROS DO COMITÊ CENTRAL

CAMARADAS MEMBROS DO COMITÊ EXECUTIVO

CAMARADAS MEMBROS DO CONSELHO DE MINISTROS

**CAMARADA REITOR DA UNIVERSIDADE,
PROFESSORES, ESTUDANTES E TRABALHADORES
DA UNIVERSIDADE,**

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

CAMARADAS,

Celebramos hoje o dia Primeiro de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores. Em todo o mundo, enfrentando a repressão dos governos reaccionários capitalistas e fascistas ou na alegria da celebração do poder popular ou organizando-se para a luta pela afirmação dos seus direitos, as massas trabalhadoras celebram o trabalho, força construtora da sociedade, reforçam a sua unidade e através das fronteiras saúdam os seus irmãos de classe.

Assim nós saudamos os trabalhadores de todo o mundo, companheiros do mesmo combate para a liquidação da exploração do homem pelo homem, militantes da mesma trincheira na construção da Sociedade Nova.

Saudamos em particular os trabalhadores que nos países capitalistas lutam pela transformação das suas condições de vida e de trabalho, combatem pela libertação económica e cultural.

Saudamos os trabalhadores que nos países socialistas, zona libertada da humanidade edificam, com o seu trabalho e com a sua consciência, a riqueza que permite elevar continuamente as condições de vida do seu povo e prestar ajuda internacionalista aos povos em luta através do mundo.

Pela primeira vez comemoramos esta data na nossa Pátria libertada da dominação colonial portuguesa. Recordemos o exemplo e a memória dos trabalhadores moçambicanos caídos na luta de classes e na luta contra a opressão colonial nas plantações, nas fábricas, nos portos, vítimas da repressão armada impiedosa do colonial-capitalismo português.

Ao recordar o seu exemplo, saudamos neles os melhores filhos da classe trabalhadora moçambicana, aqueles que lançaram as bases do combate político, económico e social em que estamos hoje empenhados para transformar o nosso país de país pobre e subdesenvolvido em país próspero e forte, capaz de utilizar os seus recursos humanos e materiais para o seu desenvolvimento e para benefício do seu próprio povo.

Saudamos os trabalhadores do nosso país, os camponeses nas aldeias comunais, os operários nas fábricas, nos portos e nos caminhos de ferro, os trabalhadores da construção civil, saudamos os combatentes das Forças Populares de Libertação de Moçambique, saudamos os trabalhadores da função pública, os estudantes, os trabalhadores intelectuais, saudamos todos aqueles que com o seu trabalho criam a riqueza social e o progresso, fazem avançar a nossa sociedade e desenvolvem o nosso País.

Encorajamo-los na aplicação da palavra de ordem da 8.ª Sessão do Comité Central de "OFENSIVA POLÍTICA E ORGANIZACIONAL GENERALIZADA NA FRENTE DA PRODUÇÃO" que constitui hoje

a tarefa principal de cada um de nós. É com a produção que vamos criar as bases da prosperidade colectiva, é com a produção que consolidaremos a nossa independência nacional duramente conquistada. O colonialismo legou-nos um país em ruínas, uma economia dependente e desajustada às nossas realidades cuja desagregação os seus agentes hoje completam através da sabotagem económica.

Nós saudamos por isso os combatentes anónimos da frente da produção, aqueles que assumiram que a revolução, hoje como sempre, se realiza no trabalho duro e quotidiano, pelo aumento da produção, pela melhoria da produtividade, pela consolidação do poder popular ao nível da empresa e ao nível da sociedade. Só desenvolvendo a produção poderemos criar as infraestruturas que permitam o arranque da nossa economia para uma fase mais avançada no plano agrícola e industrial, criar novos empregos e aumentar a qualidade e quantidade dos serviços sociais tais como a assistência sanitária, os serviços educacionais e o seguro social.

É também através do desenvolvimento da produção que cada trabalhador moçambicano estará presente na batalha do Zimbabwe, consolidando a rectaguarda que constitui o nosso país para os combatentes da liberdade em luta pela independência nacional. No momento em que o mundo inteiro se mobiliza para destruir o regime do irresponsável Ian Smith e apoiar a República Popular de Moçambique na aplicação das sanções, o povo moçambicano e os trabalhadores moçambicanos em particular devem manter-se, através do seu trabalho, na vanguarda dessa batalha.

É pois sob o signo da consolidação da revolução moçambicana e da solidariedade internacionalista que o povo moçambicano comemora o Dia Primeiro de Maio, o Dia do Trabalhador.

É o Trabalho a força motriz da História e da Sociedade. As pequenas e grandes realizações que nós hoje vemos no nosso País e no mundo, as maravilhas da técnica, as grandes construções, as máquinas e os aparelhos mais complicados, os largos campos agrícolas, foram realizados graças ao trabalho do homem.

É através do trabalho que o homem gera a riqueza, isto é produz os bens que permitem satisfazer as suas necessidades. Nesse processo o homem transforma a natureza, domina-a e coloca-a ao seu serviço. Os rios que constituem um acidente geográfico natural podem ser aproveitados através de represas e canais de irrigação de modo a fertilizar com a sua água uma larga zona de produção agrícola. As cheias que constituem uma ameaça para a vida e para os bens das populações podem ser controladas através de obras de hidráulica tais como diques e barragens.

Engajado neste processo de transformação da natureza, o homem também se transforma a si próprio. Nós podemos constatar que o homem que trabalha, e principalmente aquele que se dedica ao seu trabalho com consciência e aplicando a sua inteligência, desenvolve a sua capacidade de utilizar as suas aptidões físicas, aprende a fazer bom uso das suas mãos e dos seus músculos, mas ao mesmo tempo desenvolve o seu cérebro e a sua sensibilidade.

Podemos assim compreender que foi o trabalho que ao longo de um processo milenar permitiu o desenvolvimento das capacidades intelectuais e físicas do homem, foi através do trabalho que o ser humano evoluiu de símio para homem.

O trabalho produz assim um acréscimo permanente dos conhecimentos humanos que se incorporam no próprio homem ao mesmo tempo que, pela acumulação sucessiva do saber, vêm a constituir a ciência.

A geometria que, no ensino formalista a que maior parte de entre nós foi submetido é apresentada como ciência abstracta, nasceu na realidade da necessidade dos homens de medir os terrenos e campos de produção, através de técnicas baseadas na experiência prática. Posteriormente esses métodos empíricos foram analisados, estudados e elevados ao estádio da teoria. Formulam-se então as regras gerais que regulam os fenómenos, regras susceptíveis de ser transmitidas a nível mais vasto e assim ser utilizadas por um número mais largo de pessoas e pelas gerações seguintes.

Assim também a produção de medicamentos que aparece hoje como indústria altamente complexa e especializada surgiu na realidade a partir dos simples tratamentos com base nas plantas e ervas medicinais que ao longo das gerações o homem vem utilizando. Inicialmente empregados empiricamente esses conhecimentos aprofundados, teorizados e sistematizados constituem um dos fundamentos da ciência farmacêutica actual.

Destes exemplos podemos tirar duas conclusões:

- A primeira é de que a ciência não é soma de conhecimentos abstractos que nós encontramos nos livros ou na memória das pessoas: esses são instrumentos de conservação ou os veículos de transmissão da ciência. A ciência, ela, é a soma do saber derivado da prática, desenvolvido através do trabalho no processo da produção. O cientista que no seu laboratório se entrega a experiências que conduzem a novas conquistas científicas, eleva a um grau mais elevado no plano de teorização, as experiências ganhas na prática. Essas conquistas científicas devem por sua vez voltar ao terreno da prática onde são testadas e enriquecidas em função das novas contradições que surgem, gerando-se assim uma fase mais avançada do conhecimento. Trata-se pois de um processo em que a prática

e a teoria estão intimamente ligadas, em que cada uma destas fases do conhecimento se desenvolve a partir da outra.

Rejeitamos por isso a divisão artificial que a filosofia burguesa e a sua teoria do conhecimento criaram entre a teoria e a prática. Essa divisão é fruto de uma concepção elitista, de uma concepção de classe que menospreza o trabalho manual, reservado às classes mais exploradas, ao mesmo tempo que sobrevaloriza o trabalho intelectual que o capitalismo reserva a uma casta considerada superior.

- A segunda conclusão que podemos tirar é de que o saber, a ciência são produtos do trabalho do conjunto dos homens da nossa época e são ao mesmo tempo produtos da experiência prática e do estudo das gerações que nos precederam. Deste facto, o saber, a ciência possuem uma dimensão eminente e intrinsecamente colectiva. O que nós sabemos hoje não é apenas o resultado do trabalho da nossa geração. É também aquilo que os nossos antepassados sintetizaram através da sua experiência, da sua prática, do combate pela produção, da luta de classes, da experimentação científica.

Aqueles que se consideram superiores porque "estudaram muito", "consagraram muitos anos da sua vida ao estudo" devem recordar que aquilo que estudaram, o que aprenderam é fruto dos esforços, do suor e da reflexão, dos seus contemporâneos e dos seus antepassados; é resultado do trabalho do povo através das idades.

É esta ligação íntima, *essencial* entre trabalho e saber que nos traz aqui à Universidade neste dia Primeiro de Maio. É este o dia mais apropriado para prestar homenagem àquele que, entre nós e na sua vida, constituiu uma síntese íntima de trabalho, povo, ciência, concebidos não como momentos sucessivos mas como partes permanentes e integrantes de uma vida dedicada ao trabalho, ao progresso social, à investigação científica, à luta pela vida do seu povo.

Nós queremos recordar através destas palavras, o Primeiro Presidente da FRELIMO, Eduardo Chivambo Mondlane.

Eduardo Mondlane, filho do povo, pastor de rebanhos até aos 14 anos, estudando com esforço e sacrifício, não para o seu enriquecimento individual, mas para voltar a servir o seu povo e dar por ele a sua vida, constitui exemplo e inspiração para todos nós, constitui modelo para a nova geração.

Por isso, correspondendo ao sentimento do conjunto dos militantes da FRELIMO e do povo em geral, a partir do dia Primeiro de Maio de 1976, a Universidade do Maputo passa a designar-se:

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Creemos não haver melhor nome para a nossa Universidade do que o daquele que testemunhou pela sua vida como havia compreendido profundamente que o combate pela educação e pela ciência constitui parte integrante do combate do povo pela libertação total, pelo progresso social e pela Revolução.

Que os trabalhadores da Universidade Eduardo Mondlane, professores, estudantes, funcionários, saibam honrar pelo seu trabalho e dedicação aos interesses do povo, pelo seu estudo e pela sua organização, o nome daquele que simboliza a determinação de todo o nosso Povo, na caminhada histórica iniciada sob a sua direcção, para um novo horizonte de liberdade, justiça e progresso.

Ao dar o nome de Eduardo Mondlane à nossa Universidade, nós queremos marcar, de forma mais decidida e consciente, uma nova fase na vida desta Instituição. Não se trata aqui de homenagear Eduardo Mondlane, o universitário. Recordamos aqui o Eduardo Mondlane que soube sempre permanecer, não somente fiel, mas sobretudo profundamente ligado à sua origem popular que assumiu plenamente. O Eduardo Mondlane que jamais procurou ocultar a sua origem trabalhadora, os seus parentes analfabetos, as difíceis condições da sua vida. Não para daí tirar glória, através da valorização do seu esforço próprio, mas para manter sempre bem presente a sua identidade e fidelidade fundamental para com os pobres, os humilhados e os explorados do seu país e do mundo.

Queremos recordar e homenagear o Eduardo Mondlane que tudo abandonou do que realizara, para vir estruturar, organizar e dirigir os militantes que, exprimindo o sentimento do povo, se erguiam contra o colonialismo português. O Eduardo Mondlane, primeiro Presidente da FRELIMO e organizador do desencadeamento da luta armada, garante consciente do seu carácter popular e revolucionário.

Através deste acto não é pois Eduardo Mondlane que vem à Universidade, é a Universidade que vem a Eduardo Mondlane, o que vale dizer, é a Universidade que vem ao povo, não para o servir como entidade exterior mas para nele profunda e definitivamente se enraizar.

É este o momento de nos dedicarmos a uma reflexão de conjunto, sobre o sistema de ensino em vigor no nosso País sob a dominação colonial. Não é na verdade possível falar sobre a Universidade e as suas tarefas sem recordar pelo menos nos seus traços gerais o que caracterizava o ensino colonial-burguês. De outro modo cairíamos na armadilha da "especificidade" da Universidade, segundo a qual esta é considerada como instituição de ensino autónoma em relação à vida do seu país e às contingências da vida social.

Qual o objectivo do ensino colonial ?

Todas as sociedades procuram assegurar a sua sobrevivência, fazendo das novas gerações os defensores e perpetuadores dos seus valores. Para isso as sociedades organizam o seu sistema de ensino de modo a transmitir de forma selectiva às novas gerações o saber e experiência que lhes são próprios, apresentando-os como os melhores, os mais avançados e os mais adequados. Cada agente do sistema do ensino consciente ou inconscientemente desempenha essa tarefa, desde o professor no seio da escola, aos velhos no seio da tribo, às mães no seio da família.

O sistema colonial tinha como preocupação dominante utilizar a ciência e a cultura como forças visando negar a personalidade nacional e acentuar a dependência em relação ao estrangeiro.

Podemos dizer — e cada um aqui que recorde a sua própria experiência — que o objectivo essencial do ensino colonial era o de despersonalizar o moçambicano, desligá-lo do seu país e da sua origem, levando-o assim a negar, a desprezar, a envergonhar-se do seu povo e da sua classe, a perder a iniciativa criadora e só reconhecer como válidos os valores do colonizador.

O banco da escola aparece assim desde os primeiros graus como passaporte para outra classe e para outra sociedade.

Ao penetrar pela primeira vez na escola colonial, verdadeira escola de desenraizamento, o aluno moçambicano estava destinado a sofrer um processo deliberado, científico e contínuo de mutação de personalidade, de moçambicano para português, de filho do povo para aspirante a burguês.

Quem não recorda as humilhações constantes, a vergonha que se procurava fazer sentir quanto ao facto de ser pobre e que levava muitos de entre nós a esconder a sua origem ? Quantos de entre os moçambicanos não foram levados por esse processo a inventar uma vida que não faziam, casas que não possuíam, refeições que não comiam ? Basta lembrar o caso daqueles que quando tinham de fazer uma redacção sobre o seu dia descreviam uma cama imaginária em lugar da esteira, um pequeno almoço de bife em lugar do magro chá, machibombo, quando tinham que vir a pé.

Quantos não choraram a "infelicidade" de ter nascido pobres ou com um "estigma" de cor que os condenava a ser sempre subalternos e humilhados?

Quando recordamos esses exemplos penosos, não estamos movidos pelo intuito de desencadear um movimento de auto-mortificação ou suscitar ódios. Mas importa recordar esses momentos importantes da nossa infância e adolescência para assim nos libertarmos dos complexos que marcaram a nossa personalidade. É neles que se encontra uma das fontes do racismo que ainda não conseguimos eliminar da nossa sociedade e da nossa consciência. Por outro lado foi essa humilhação insuportável que levou muitos dos moçambicanos que tiveram acesso à educação a assimilar os valores do colonialismo, a procurar parecer-se com ele, em suma a aceitar e orgulhar-se de ser "assimilado".

Perante a humilhação sistemática e a negação da personalidade, em Moçambique como em qualquer sociedade, duas vias se oferecem aos colonizados: a primeira, a da recusa, que conduz à revolta. A segunda a de, esmagados pelo ambiente que os rodeia, procurarem fundir-se nele o mais possível, esquecer tudo o que na própria personalidade e na própria vida os separa do colonialismo, desligar-se de tudo o que recorda a vida anterior em suma, assimilar-se completamente; é este o retrato do assimilado, estágio supremo do colonizado.

É este assimilado que conhece a cultura e a história do colonizador mas não a sua, que despreza e relega ao nível de usos e costumes; que fala a língua do colonizador mas considera a sua própria língua um dialecto; que tem como primeira preocupação visitar a "Metrópole" mas é capaz de não conhecer bem sequer a sua Província de origem; que conhece as estações de caminho de ferro de Portugal mas ignora os grandes rios de Moçambique.

É este elemento que vive dilacerado entre duas comunidades, a sua que abandonou e a do colonizador na qual não se consegue fazer aceitar. Já não é moçambicano, mas nunca consegue ser português.

Antes de entrarmos na análise do sistema do ensino colonial devemos recordar a sua dupla natureza — o seu carácter colonial e o seu substracto burguês. Estas duas componentes estão intimamente ligadas: os aspectos coloniais do ensino inserem-se dentro da ideologia burguesa mas têm uma marca distintiva que é a de corresponderem directamente às necessidades da dominação estrangeira. Os aspectos burgueses do ensino, esses subsistem após a partida do colonialismo se contra eles não for lançado um combate deliberado. No ensino como em outros sectores da vida nacional, assim como a experiência de outros povos demonstrou, a reacção neocolonial terá como palavra de ordem táctica: sacrificar o colonial para salvar o burguês.

Quer isto dizer que abatido um, não cai automaticamente o segundo. Educado para servir o colonizador, o aluno é ao mesmo tempo condicionado para servir e defender a burguesia de quem assumiu os valores, os gostos, a cultura que considera os melhores e muitas vezes os únicos.

No nosso caso concreto, isto significa que com a queda do colonialismo português, não desaparece o condicionamento que criou uma mentalidade burguesa. Pode mesmo um elemento "assimilado" ganhar uma consciência nacionalista sem contudo estar consciente das influências profundas que o sistema capitalista gravou na sua personalidade.

O sistema de ensino era organizado em função dessa dupla tarefa: por um lado desenraizar o moçambicano e fazer dele um pequeno português de pele preta; por outro lado identificá-lo com os valores da sociedade burguesa. O sistema educacional é estruturado em função destes objectivos e das necessidades do aparelho de dominação e exploração em termos de quadros e de pessoal: as escolas rurais, a cargo das missões eram destinadas aos chamados "indígenas"; as escolas primárias eram para os filhos dos colonos e para os moçambicanos essencialmente das cidades. Aos filhos dos pobres reservavam-se as escolas de artes e ofícios. No ensino secundário assistimos a um esforço da discriminação de classe: através do sistema de propinas e do custo dos livros de estudo e equipamento escolar, os liceus são reservados aos grupos mais privilegiados enquanto nas escolas técnicas, comerciais e industriais, ingressam aqueles que, oriundos dos estratos económicos mais desfavorecidos da pequena burguesia e do operariado, se destinam a ser técnicos médios e operários especializados.

Em resumo podemos dizer que na escola colonialista os moçambicanos que capitulavam, que aceitavam o modelo de vida estrangeiro, que se identificavam com a classe dirigente colonial, que estavam dispostos a pôr-se ao seu serviço, podiam prosseguir na escola, aspirar a níveis de escolarização mais elevados. Quem não se adaptava ou se recusava a adaptar-se era classificado como estúpido, boçal e inferior e era abandonado. Mas dos que capitulavam perante o processo de despersonalização, nem todos tinham acesso aos níveis secundários de ensino. Era ainda preciso viver-se nas cidades, quartel general da sociedade, ou ter meios económicos para poder emigrar para lá. Isto é, era necessário que a sua família fosse já parte integrante do pequeno extracto de moçambicanos a que era concedido o direito de comer as migalhas do grande banquete colonial.

A discriminação sócio-racial é ainda acentuada pela existência de colégios e liceus privados assim como pelo sistema dos explicadores que institucionaliza a mercantilização e exploração do ensino e permite

que dentro da discriminação se estabeleça uma nova discriminação.

É neste sentido que a decisão do Governo da República Popular de Moçambique de nacionalizar todo o ensino privado e organizar um sistema único de educação em todo o país cria bases que permitem uma real democratização do ensino e a sua generalização a todo o povo.

Esta medida ataca ao mesmo tempo nos seus fundamentos a sociedade colonial-burguesa nos seus aspectos classistas e discriminatórios.

A partir do Liceu uma nova selecção se opera em relação àqueles que se destinam à Universidade. Mais uma vez essa selecção não é efectuada com base na capacidade ou nas qualidades de cada um mas é no essencial função da situação económica da família o que vem privilegiar de novo as classes mais favorecidas.

A Universidade é pois o expoente supremo desta selecção de classe.

Aí verificamos que os "sobreviventes" das classes oprimidas constituem pequenas franjas de população estudantil, em parte já integrada aos valores da burguesia ou, quando assim não é, suficientemente insignificante para não pôr em perigo a função da instituição universitária.

Nos países capitalistas mais desenvolvidos, onde as conquistas da classe trabalhadora criaram condições para uma presença significativa dos seus filhos nos bancos da Universidade, a burguesia criou novos sistemas selectivos: desqualificou o ensino universitário e intensificou a importância de inúmeras especializações pós-universitárias cujo controle cai muitas vezes directamente nas mãos dos grandes grupos económicos ou em institutos por eles patrocinados.

A tarefa originária da Universidade de formar os quadros superiores de apoio à classe dirigente e os seus quadros tecnicamente mais avançados assume uma dimensão refinada na fase do capitalismo triunfante. Ela é o verdadeiro centro de elaboração científica, tecnológica e cultural da ditadura burguesa.

A burguesia, apropriando-se da Universidade feudal, transformava e converte-a na super-estrutura onde se formula e desenvolve a ideologia da classe e se cristalizam o individualismo, o espírito de concorrência, o elitismo, a discriminação, numa palavra, todas as manifestações do sistema de exploração do homem pelo homem.

A ciência e a cultura tornam-se, sob o sistema capitalista, propriedade da classe burguesa e instrumentos da sua dominação.

Os grandes grupos económicos financiam Universidades e controlam centros de pesquisa científica que orientam os seus trabalhos e investigações em função das necessidades dos monopólios.

A pesquisa científica visa racionalizar friamente todo o processo de produção através da máquina, permitindo, por um lado, reduzir a incidência do factor humano no processo produtivo e, por outro lado, aumentar a rentabilidade da mão-de-obra, com o fim de garantir uma mais — valia superior.

A cultura, nas mãos da burguesia, servida pelos meios de comunicação de massa, torna-se um instrumento de lucro e um veículo de projecção, em doses maciças, dos valores da classe dominante. Procura-se assim a alienação da classe trabalhadora, pela vergonha e desprezo da sua própria cultura e a assimilação dos valores do capitalismo, pelo aburguesamento das mentalidades.

Consagra-se, através deste processo, a separação do cérebro da mão, a oposição da teoria à prática, e institui-se a profissionalização do intelectual, a quem está reservado o papel de gestão do aparelho repressivo e de domínio da classe trabalhadora.

Não é por acaso, pois, que encontramos numa central eléctrica um engenheiro incapaz de reparar um gerador; não é por acaso que descobrimos um filósofo que não sabe interpretar a evolução da história; não é por acaso que deparamos com um professor de medicina que encontra dificuldades em diagnosticar correctamente uma doença vulgar.

Neste processo de mercantilização do saber, o intelectual burguês cria o seu mundo próprio. Em nome da objectividade da ciência, isola-se da prática social, da vida quotidiana do povo e da luta de classes. Para defender o carácter secreto e reservado do seu saber, refugia-se, em nome do rigor científico, numa linguagem hermética, verdadeiro código apenas acessível aos outros intelectuais.

Desde os bancos da escola, o aluno é forjado nesta perspectiva de casta, que se torna instituição social com a obtenção da licenciatura universitária. Entre o estudante da Universidade, a semente do isolamento social, da criação de um mundo próprio, manifesta-se através do aparecimento do "café do estudante". Aí nasce um tipo de relações sociais características, embrião do futuro espírito de elite.

No ensino burguês o estudante não orienta a sua aprendizagem em função das profissões que são socialmente necessárias.

Vemos, nesta Universidade, o caso das faculdades de Agronomia e Veterinária cujo número de alunos não está em conformidade com a prioridade atribuída à agricultura no quadro da reconstrução nacional.

Na sociedade burguesa, estuda-se para ganhar dinheiro, estuda-se mais para ganhar mais dinheiro. Os pais orientam os seus filhos para

as profissões onde se pode ganhar mais.

Nega-se o conteúdo e origem social do conhecimento para fazer dele instrumento de lucro e de especulação.

Esta concepção individualista manifesta-se nos métodos individualistas de trabalho e de ensino em que o cientista considera ser ele o detentor da sabedoria suprema recusando-se por isso a aprender do povo trabalhador ou dos seus próprios colaboradores.

A manobra envolvente da burguesia, através da manipulação e mitificação da ciência, completa a moldagem e preparação do futuro dirigente a quem o capitalismo vai confiar a responsabilidade de continuar, desenvolver e assegurar a sobrevivência do sistema.

Assim, a Universidade, centro de formação da ciência e ideologia da burguesia, cumpre a sua tarefa de instrumento de classe e de forja de quadros para o capitalismo.

Tal é o contexto em que se enquadrava a educação colonial e, dentro dela, a Universidade. A definição de novos rumos só se pode fazer através de uma ruptura deliberada e consciente com o passado colonial e burguês. Ela implica, ao mesmo tempo, a inserção do sistema educacional ao nível nacional, dentro das tradições e das experiências revolucionárias adquiridas durante a guerra popular de libertação.

A luta armada de libertação nacional foi o berço da linha política que nos conduziu à vitória e que hoje nos orienta no combate pela emancipação económica, no combate pela vitória dos operários e camponeses.

Desencadeada a luta armada de libertação nacional, logo irrompeu o seu carácter popular. O povo identificou-se no ódio comum ao regime colonial. As armas e os instrutores eram insuficientes para preparar os patriotas que todos os dias pediam à Organização para serem armados e treinados.

Foi necessário criar os nossos próprios instrutores, analisando e criticando a experiência que cada um de nós acumulara na batalha, no seio do povo frente ao inimigo. Reunindo esses conhecimentos, conseguiam-se resultados importantes, criávamos e desenvolvíamos o conhecimento da nossa própria experiência: teorizávamos a nossa própria realidade.

Com esses conhecimentos transmitíamos ao combatente um treino mínimo essencial e enviávamo-lo para o combate. Ali se reiniciava o ciclo. Ali, na frente de batalha, o combatente ganhava a sua própria experiência vivida, trocava com os seus camaradas e com o povo cada

novo conhecimento, recebia do povo e dos outros combatentes as realidades de cada um. Tornava-se um soldado experiente, tornava-se um factor de dinamização da comunidade engajada na luta contra o colonialismo português.

Destes camaradas se seleccionavam os que seriam enviados para um novo treino a um nível de preparação superior, os que seriam futuros instrutores ou os que regressariam às frentes de combate, com a mesma tarefa de aprender do povo e transmitir ao povo os seus novos conhecimentos.

Por este meio, contando com as próprias forças, crescemos, fomos alargando e elevando a cada momento o nível geral.

A primeira escola é pois a própria guerra. O desenvolvimento da luta, o engajamento popular no processo de libertação, que do povo requeria sempre e cada vez mais novos conhecimentos, exige a generalização da escola. A vida nas zonas libertadas organizava-se. A produção, a troca, a saúde, o enquadramento social, o progresso político, a própria evolução dos nossos meios e métodos de luta e dos meios e métodos do inimigo, tudo requeria a implantação crescente de escolas. O povo exigia a escola, a revolução exigia a escola.

Como fazer uma escola para um povo, para um povo em luta ?

Fomos analisar mais profundamente a escola que conhecemos a complexidade das suas instalações, o seu carácter de privilégio, a sua função na sociedade colonial. Fomos analisar em seguida a nossa própria experiência através das primeiras escolas que criámos.

Em Moçambique, o colonialismo português fez da escola o instrumento privilegiado da assimilação cultural e da alienação capitalista. A educação aparecia ao mesmo tempo como um privilégio destinado à classe dominante e àqueles que se dispunham a servir docilmente os seus objectivos de exploração.

Assim, verificámos: o carácter de privilégio da escola colonialista deriva da existência da luta de classes na sociedade moçambicana.

A classe dominante faz da escola um seu instrumento de combate. Portanto, a escola só servirá o povo se os operários e camponeses tomarem o poder; mas então, será necessário que a escola seja uma nova escola. Verificámos também, que o factor decisivo e essencial na escola, é o factor humano: quem aprende e quem ensina.

As instalações constituem factores complementares. Da nossa experiência de guerra, fomos mais fundo nesta conclusão. Constatamos que as bombas do inimigo podem destruir todas as instalações materiais. Porém, após o bombardeamento, duas coisas permanecem vivas: a vontade de aprender e ensinar e a decisão de continuar. Porque a escola,

nesse sentido, se tornou, não uma realidade externa, mas uma parte integrante da vida comunitária.

Era por isso que víamos as escolas renascerem no chão ainda quente da fúria destruidora do inimigo.

Para implementarmos uma escola de tipo novo, capaz de ser um instrumento de libertação das massas populares, voltámos a procurar a nossa experiência, aquela que nos permitira preparar combatentes, instrutores e quadros. Fomos reflectir, em conjunto, a experiência que nos levava a preparar o povo para vencer o inimigo e defender as zonas libertadas. Fomos portanto buscar a teoria que colectivamente elaboráramos a partir da nossa prática.

Na nossa experiência havíamos dado prioridade à base, na preparação mínima para a batalha.

No campo da educação, dar prioridade à base significa definir como objectivo essencial a alfabetização do nosso povo, condição essencial para a edificação do futuro.

O saber acumulado na experiência vivida na guerra era um saber colectivo. Portanto, aprender é um acto colectivo, é uma expressão da própria vida. Aprende-se trocando as nossas experiências e os nossos conhecimentos, confrontando o que sabemos com as experiências e os conhecimentos dos que nos rodeiam.

O jovem aprende do velho o passado reflectido no presente. O velho aprende do jovem o presente projectado no futuro. Porque o presente que vivemos é a síntese do saber do velho e do saber do jovem.

Aprender é avançar em conjunto, com os esforços de todos, com a contribuição de todos, com a participação de todos, para que todos progridam permanentemente. Progredir permanentemente é dever de cada um, e o progresso de cada um é o dever de todos.

Os mais atrasados no conhecimento científico aprendem dos mais avançados. Os mais avançados aprendem dos mais atrasados.

Aprender é avançar em conjunto com todo o mundo, estender a troca de experiência e o esforço colectivo à dimensão internacional.

Mas toda a ciência tem como ponto de referência a classe que deve servir.

A ciência revolucionária deve ter pois, como fonte de inspiração e como ponto de referência, a classe operária e camponesa.

Aprender, para um revolucionário, é, antes de mais nada, apren-

der da classe operária e camponesa, da sua experiência e da sua vida, da sua história, da sua essência internacionalista.

A experiência vivida dos anos de luta armada demonstra a justiça da nossa linha, das nossas concepções.

A nossa ciência sobrepôs-se à deles. A ciência proletária sobrepôs-se à ciência capitalista.

A burguesia tinha aviões, tanques, generais, construídos com as técnicas mais sofisticadas. A burguesia tinha laboratórios de investigação, institutos de psicologia, academias militares.

No entanto, os generais capitalistas foram derrotados pelos combatentes revolucionários. Fundamentada na superioridade da técnica sobre o homem, na superioridade do indivíduo sobre a colectividade, na aprendizagem das altas estratégias militares em silenciosas bibliotecas alcatifadas, a teoria do inimigo foi vencida pela ciência colectiva das massas organizadas, ciência acumulada com base na prática vivida.

Outros exemplos verificados nas zonas libertadas nos mostram como a prática constitui a base da ciência e da cultura.

Já vimos como no nosso sistema de formação de quadros a todos os níveis a prática constitui a fonte de inspiração e enriquecimento da teoria. Já vimos como a teoria determina uma nova prática a um nível mais elevado.

Esta combinação da teoria e prática é levada a todas as dimensões: à relação contínua entre o quadro e a realidade em que está inserido mas também, dentro do próprio sistema de ensino, à relação permanente entre a aprendizagem teórica e a produção.

No nosso sistema de formação, a produção integra as lições e o período escolar integra a actividade social produtiva.

O nosso estudante produz enquanto frequenta a escola, e ao fim de cada estágio de aprendizagem, deve ser plenamente inserido no processo produtivo para aí aplicar os seus conhecimentos, nele rectificar as suas concepções e colher, do processo produtivo ele próprio e da experiência dos operários e camponeses, os ensinamentos e a inspiração que lhe permitirão avançar.

É por isso que o militante que deve avançar, é seleccionado não em função da sua capacidade de repetir a ciência contida nos livros, mas pela capacidade demonstrada em relação à produção e, principalmente, pela sua atitude permanente em relação às massas populares.

Todo o sistema de formação é concretizado com base na riqueza social produzida pelo trabalho do povo. É justo, portanto, que quem

avança para níveis mais altos de formação tenha dado provas de que manterá a sua capacidade científica e cultural ao serviço da classe operária e camponesa.

A experiência da FRELIMO, confrontada desde 1962 e enriquecida ao longo de dez anos de guerra, deve projectar-se porém, após a independência nacional, em estruturas mais complexas e à dimensão de todo o país.

Em certas estruturas, essa projecção exige uma profunda reflexão e um combate intenso contra as cargas impuras que trazemos do passado.

É o caso da Universidade, elevada à categoria de templo de ciência, catedral dos dotados. A burguesia consagra este carácter sagrado da Universidade concedendo-lhe o estatuto de autonomia que é apátrio das instituições que se pretendem acima da vida social.

Ao nível da Universidade, pois, podemos ter a tendência de perder a nossa experiência, de considerar que a experiência acumulada, sendo válida para os sectores "democratizados" da sociedade é inaplicável aos níveis que são mais complexos. Tal lógica conduziria a Universidade a procurar, por si própria, a sua via revolucionária "específica".

É preciso chamar a atenção para o erro desta tendência e recordar que ela é uma sequela do falso conceito de autonomia com que a burguesia envolveu a Universidade.

Uma Universidade autónoma é uma Universidade divorciada da realidade revolucionária. Uma Universidade separada do povo é um bastião da ideologia burguesa e contra-revolucionária.

Procuremos, pois, fazer uma breve reflexão crítica sobre esta Universidade, a sua origem e a sua história, a forma como ela se situou perante o processo revolucionário em Moçambique.

A Universidade em que hoje nos encontramos nasceu em 1962 como resultado directo da luta de libertação dos povos das colónias portuguesas.

A confrontação armada desencadeada em Angola e a bárbara repressão que se lhe seguiu, a consolidação das organizações revolucionárias nas outras colónias trouxeram o colonialismo português para o palco dos acontecimentos internacionais.

Estávamos então no auge dos processos de descolonização inglês, francês e belga e o carácter violento e agressivo do colonialismo português chocou a comunidade internacional.

O carácter segregacionista e obscurantista do colonial-fascismo foi um dos factores sensíveis de mobilização da opinião internacional para um crescente isolamento do regime português.

A resposta, foi a criação apressada, dos Estudos Gerais Universitários em Moçambique e Angola.

De instrumento de defesa, porém, o colonialismo português logo começou a estruturar a Universidade como arma de ofensiva ideológica que viria a desencadear nas colónias no último décimo da sua existência.

Após dois anos de preparação, os Estudos Gerais eram transformados na Universidade de Lourenço Marques. Aos estudantes de então é oferecida uma Universidade moderna, tecnicamente bem apetrechada, dotada de professores "consagrados", apoiada por luxuosos serviços sociais. Desde logo surge a sua função ideológica e alienatória. Com efeito, ao lado de um microscópio electrónico, símbolo de distanciação da Universidade da realidade moçambicana, surge o Lar destinado aos estudantes cujo patrono, proposto como exemplo de valores, é um jovem oficial fascista morto quando comandava uma acção repressiva contra o povo moçambicano.

No entanto, seguindo a sua trajectória alienante de despersonalização, a Universidade criou as suas próprias contradições.

O estudante, em tanto que estudante universitário, distanciado da realidade, iniciou uma acção contestatária.

Contudo, a contestação surgia dentro dos moldes de contestação em curso nas universidades estrangeiras. Era uma revolta importada dentro duma Universidade importada.

O regime colonial fascista compreendeu esse fenómeno e os órgãos de repressão mantiveram uma atitude essencialmente de policiamento da situação.

Porém, a contestação importada exaltava à prática, à ligação da Universidade com a própria sociedade de que fazia parte. E foi então que os sectores estudantis mais avançados procuraram timidamente, voltar-se para a realidade social e política em que viviam.

Foi uma tentativa tímida, condenada ao fracasso pelo abismo radical e de classes da sociedade colonial, mas que, mesmo assim, o colonialismo não podia permitir.

O aparelho repressivo decidiu então intervir, aniquilando a frágil estrutura estudantil e isolando os seus dirigentes.

Desorganizados e divididos, com consciência nacional e social fraca e confusa, incapazes portanto de definir correctamente o inimigo e de se identificar numa perspectiva de classe, os estudantes universitários institucionalizaram a desunião, a indisciplina e o liberalismo como resposta individualista e anárquica.

Isto é, o estudante reencontrou-se na sua própria classe privilegiada de uma forma desagregante, mascarando assim, perante si próprio, a sua incapacidade de romper com o seu passado e a sua origem.

Com a vitória da FRELIMO e o avanço do processo revolucionário este fenómeno foi-se revelando de forma muito clara.

Desde o Governo de Transição, contudo, a Universidade vem fazendo um esforço no sentido de reencontrar a sua posição dentro da presente fase política. Profundas transformações se verificaram desde então e tem sido encorajante o combate que vem realizando.

Contudo não nos devemos iludir. O combate pela Universidade Nova apenas começou. A Universidade procura agora descer ao povo, à realidade revolucionária em que se encontra inserida. Mas é ainda uma escola de privilegiados, uma escola em que não se faz sentir a presença da classe operária e camponesa, uma escola que os filhos do povo não frequentam, uma escola em que os próprios operários e os próprios camponeses não participam.

A Universidade ainda não é do povo, ainda não é o povo, ainda não é portanto a Universidade Nova que queremos construir.

A Universidade EDUARDO MONDLANE inicia hoje o seu combate para a conquista do novo conteúdo da Universidade.

É tarefa da Universidade mergulhar as suas raízes na realidade nacional, procedendo de forma sistemática e organizada à investigação e recolha do nosso património histórico, cultural, artístico, científico e técnico.

Conhecer profundamente o nosso País é necessário para se saber como reestruturar os cursos, como organizar o trabalho escolar, como orientar a nossa pesquisa.

Para tal devemos ligar a Universidade à fábrica e à Aldeia Comunal. A distanciação entre Universidade e o povo torna-a um instrumento de penetração imperialista. A introdução de tecnologias de ponta na nossa economia subdesenvolvida, tecnologias cujos domínios estão fora do alcance da capacidade das forças produtivas nacionais pode aparentemente surgir como grande conquista económica, enquanto na realidade, podem constituir meios de perpetuar a nossa dependência do exterior.

É fundamental conhecer-se o nível tecnológico das nossas forças produtivas e a tecnologia dominada e criada pelo povo moçambicano para que a Universidade venha a ser um factor dinamizador da reconstrução nacional.

Neste contexto é de saudar e encorajar o esforço da Universidade de promover a inventariação e a investigação de técnicas de base que estão ao alcance do nosso povo colaborando dessa forma no esforço de desenvolvimento empreendido pelas massas populares de todo o país.

Os trabalhadores das fábricas e dos campos devem portanto entrar na Universidade. Devem vir contar as suas experiências, devem vir ensinar. Devem vir dar aulas e aprender da Universidade, para melhor desenvolverem a sua capacidade criadora, para elevarem o nível organizacional e técnico da produção.

A Universidade, por sua vez, deve sair das suas portas e ir para as fábricas e para o campo, pondo a sua técnica ao serviço dos trabalhadores e da reconstrução nacional. Ali ensinará, ali participará com os trabalhadores na solução de novos problemas, ali aprenderá as novas técnicas nascidas da vida prática, ali aprenderá o significado, a importância e verdadeira dignidade do trabalho. Ali conhecerá o povo e com o povo se identificará.

Deste modo o intelectual na nossa sociedade virá a assumir a ideologia avançada materialista e científica, a ciência do proletariado, a única que nos permitirá avançar é através dela mais correctamente saberemos dominar a natureza e perspectivar os rumos do nosso progresso e desenvolvimento.

Armado da teoria do proletariado o intelectual revolucionário deve assumir a vida do povo e inspirar-se da inesgotável experiência popular e do seu conhecimento empírico para dele extrair o que há de positivo e criador elevando-o à categoria da teoria. O intelectual revolucionário deve estudar a experiência dos outros povos engajar-se no estudo do património científico acumulado pela Humanidade, sistematizar e submeter a uma crítica os dados do saber e da observação para se passar ao estágio superior do conhecimento dos fenómenos da natureza.

Devemos pois, combater o espírito de preguiça e estimular o estudo das realidades científicas já acumuladas, não numa forma abstracta mas de uma maneira criadora, ligando sempre à prática e às necessidades concretas do progresso e do bem estar material do povo. Só assim estaremos armados com a ferramenta para desencadear eficazmente o combate na frente do desenvolvimento económico.

Devemos intensificar a ligação da Universidade com as Forças Populares de Libertação de Moçambique.

Os combatentes, operários e camponeses engajados na tarefa das conquistas populares e da continuidade do progresso revolucionário, deverão vir à Universidade organizar lições e debater, trazendo a experiência da luta armada das suas vitórias e das suas crises, ensinando como se organizou a produção, a cultura, a vida das zonas libertadas. Os combatentes testemunharão a importância da unidade, da disciplina revolucionária, do combate permanente contra as concepções erradas do inimigo no nosso seio. Os combatentes explicarão a tarefa sublime que lhes foi confiada: a defesa da Pátria e da Revolução.

Conhecendo a Universidade, os combatentes estarão em condições de aprender, de receber os ensinamentos necessários à elevação do nível dos seus conhecimentos, de integrar estes novos conhecimentos com a sua experiência, com a sua tarefa, com a sua vida.

A Universidade, fundindo-se com o povo, deverá assumir o seu papel activo na defesa da Revolução e da Pátria. Devem organizar-se milícias populares constituídas por estudantes e professores revolucionários, que saberão assumir a sua responsabilidade histórica na edificação e defesa na Nova Sociedade.

Devemos ligar a Universidade ao dever internacionalista do povo moçambicano. É preciso saber valorizar os camaradas estrangeiros que connosco ensinam e estudam. Eles são portadores de experiências vividas noutros países e noutros continentes. Eles são portadores da história revolucionária que, sendo património da luta de outros povos, constitui necessariamente parte do nosso próprio património. Eles são portadores de cultura, de ciência e de tecnologia conquistada pelos seus povos na luta de classes, na produção e na experimentação científica, conquistas que devemos estudar para o nosso progresso científico e enriquecimento da nossa própria sociedade.

Desta troca beneficiarão também esses camaradas estrangeiros, conhecendo mais profundamente a nossa realidade, o nosso passado e a nossa Revolução.

É preciso saber valorizar a luta dos povos irmãos e das classes oprimidas, estudando a sua história, conhecendo a situação específica em que levam por diante o seu combate, analisando as suas conquistas. Assim veremos o nosso próprio processo como parte da grande frente mundial anti-imperialista, compreendendo-o em toda a sua dimensão,

Só a dimensão internacionalista da luta de classes permite derrubar as falsas contradições e os complexos de superioridade e inferioridade com que a burguesia internacional, o imperialismo, tentam quebrar a unidade de todos os povos do mundo. A interiorização profunda do dever internacionalista faz do processo revolucionário de cada país um processo de libertação total: libertação do homem e libertação das mentalidades.

Na Universidade Nova que queremos construir, professores e estudantes serão combatentes a quem foram distribuídas tarefas.

Ao professor militante compete essencialmente a tarefa de ensinar. O professor militante deve, porém, executar a sua tarefa identificando-se com a classe operária e camponesa, com a sua ideologia, com a sua prática. Através do seu exemplo e da sua acção deve criar as premissas para a formação de uma nova mentalidade. Compete-lhe libertar a iniciativa criadora do estudante, estimular o carácter colectivo da aprendizagem, aprendendo dos alunos e da natureza que o rodeia, para sintetizar a experiência e fornecer novas ideias.

Ao estudante militante compete essencialmente a tarefa de estudar. Estudar é uma dimensão do combate no plano da ciência que é parte integrante da Revolução.

É de rejeitar a atitude daqueles que recusam o estudo alegando que vão adquirir esses conhecimentos na prática.

O estudante militante deve estudar com novos objectivos, seguindo novos métodos. Combatendo o elitismo, o mercantilismo e o privilégio, o estudante militante deve cumprir a tarefa que lhe foi distribuída para se colocar ao serviço do povo a que pertence.

A Universidade EDUARDO MONDLANE deve, portanto, tornar-se num instrumento do poder da aliança operário-camponesa em que cada militante saiba assumir com determinação a tarefa que recebeu e a essência popular da revolução.

Na Universidade Nova, aliando o conhecimento teórico à prática deve ser levado a cabo um profundo combate no campo da ideologia para uma clara demarcação entre a nossa zona e a zona do inimigo.

Na Universidade Nova, para que a classe operária e camponesa tome o poder, é necessário um rigoroso critério de selecção dos melhores filhos do povo moçambicano.

Torna-se necessário organizar o sistema de recrutamento de alunos de modo a que estudem na Universidade os filhos dos operários, dos camponeses, dos combatentes. Mais ainda, importa desde já organizar-nos para que os próprios operários, camponeses e combatentes com uma vivência própria e conhecimento concreto do sistema de exploração, tenham acesso à Universidade.

Os cursos propedêuticos já em realização constituem um passo positivo e um mecanismo útil.

No entanto por limitações herdadas eles estão ainda longe de transformar a face social da Universidade.

Neste sentido, o Governo da República Popular de Moçambique decidiu instituir um Fundo de Bolsas de Estudo no valor de 3 000 contos anuais colocado sob a administração da FRELIMO destinado a financiar os estudos universitários de filhos dos pobres, de militantes, operários, camponeses e combatentes das Forças Populares de Libertação de Moçambique.

Para que a Universidade Nova assuma o seu dever revolucionário, ela deve saber sob a direcção da aliança operário-camponesa, colocar a ciência e a cultura ao serviço do povo e do país.

Para que a Universidade Nova se construa é essencial a ruptura radical com as concepções burguesas da Universidade, é necessário extirpar da Universidade todas as sequelas da velha sociedade.

Mobilizemo-nos para aplicar criadoramente a palavra de ordem:

A CLASSE TRABALHADORA

DEVE CONQUISTAR E EXERCER O PODER

NA FRENTE DA CIÊNCIA E CULTURA

A LUTA CONTINUA!

Composto e impresso em Offset *
na Imprensa da Universidade Eduardo Mondlane